

ESCOLA E TRABALHO: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DE JOVENS NO ESTADO DO CEARÁ

Cícero Calou (IFCE- Fortaleza)
Tânia S.A.M.Brabo (UNESP-Marília)

RESUMO

Neste artigo apresentamos algumas considerações sobre a avaliação do Projeto e-Jovem, pesquisa que está sendo desenvolvida em nível de Doutorado em Educação da UNESP. O e-Jovem é um programa de formação em informática e suas tecnologias, do Governo do Estado do Ceará em parceria com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, que atende a jovens de 16 a 28 anos oriundos da escola pública e egressos do Ensino Médio. O curso tem uma carga horária de 1280 h/a e é desenvolvido em laboratórios das escolas profissionalizantes de Fortaleza e cidades do interior do Estado, com o objetivo de capacitar e propor a inserção destes no mundo do trabalho. O Projeto tem uma equipe de Coordenação, Supervisão pedagógica, Tutores, Produtores de conteúdos e Instrutores que ministram as aulas utilizando computadores e recursos da internet. Desde 2009, o projeto vem sendo implantado, hoje são mais de 5.000 alunos atendidos por ano. O Projeto é validado pela Lei do Menor Aprendiz do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. Hoje são 180 turmas de alunos distribuídos por 106 cidades do interior e na capital. Neste texto abordaremos as características fundamentais e as relações de formação que constitui o Projeto, buscando compreender o seu desenvolvimento e o movimento dos jovens no ambiente de preparação para o mundo do trabalho.

Palavras-chave: Formação profissional. Trabalho. Educação. Justiça Social.

O e-Jovem, questionamos: Como foi criada a escola, nos moldes da escola que temos hoje? Para quem a escola existe? Não será possível responder convenientemente neste texto esta questão, contudo, vale a pena lembrar, ainda que brevemente, que a escola que conhecemos foi pensada para educar e moldar a classe trabalhadora de acordo com as necessidades do modo de produção, o capitalismo, conforme se lê em Buffa, Arroyo, Nosella (1988). No Brasil, na era Vargas, quando há a criação de cursos profissionalizantes, a própria legislação trazia a afirmação de que aqueles cursos eram destinados à população pobre, ou seja, à mão de obra que era requerida naquele momento. Temos agora, a experiência do e-Jovem, o qual estamos estudando visando verificar se este está contribuindo para uma formação nos moldes do afirmado por Paulo Freire (1996, p. 54) quando dizia que “minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere, é a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito da história”. Com estas considerações que nos levam a fazer uma análise crítica sobre os objetivos e impactos no processo de profissionalização dos(as) jovens que estudam no e-Jovem, iniciamos as reflexões que aqui empreenderemos abordando as constatações iniciais do projeto.

Considerando que os(as) alunos(as) da escola pública estão vivendo com ela, mas não bebendo de todos os saberes que ela dispõe, principalmente aqueles que estão terminando o Ensino Médio e já convivendo com algumas perguntas que os perturbam muito: o que fazer agora? Só lhes resta ficar fora da escola e não ter nada o que fazer? Historicamente, como diz Machado, Rita (2009), os demitidos do mundo do trabalho, na verdade nunca foram empregados mas sonharam que esta escola lhes preparasse para este fim. Pelo que temos observado, parece que a escola não sabe o que fazer com esse(a) jovem. O sistema oferece um ensino que não atende às necessidades daqueles (as) jovens, estabelecendo os limites de tempo e espaço, que corresponde ao Ensino Médio, e depois? Ninguém sabe o que pode acontecer, isso é problema dele(a) e de sua família, ambos são culpabilizados quando na verdade são vítimas do contexto político e do capitalismo na sua fase atual. A escola, por sua vez, poderá lembrar-se de seu ex-aluno pelo noticiário da cidade, quando envolvido pelo crime organizado, por falta de políticas, de oportunidades e pela enorme desigualdade social que constatamos no país. Para estes(as) jovens, a escola não existiu.

Os jovens que terminam o ensino médio não passaram ainda pela experiência do desemprego, mas já estão vivendo a lógica dos demitidos, (desempregados), dos sem salários, dos excluídos, são os pré-precarizados, ou como podemos chamar segundo Cândido G. Vieitez

(2013, p. 34), de “precários inflexíveis”, inspirado no filme de Giovanni Alves “precários inflexíveis”.

Passar três anos, no caso do Ensino Médio, sem a escola possibilitar a aquisição de conhecimentos necessários à real formação para a cidadania bem como os conhecimentos técnicos, que leve à visão crítica das relações do mundo do trabalho, que envolva e conserve os conceitos do trabalho, emprego e geração de renda e os significados da vida profissional e da cidadania, essa escola não está cumprindo com seu dever, de garantir o *direito à educação*. Neste sentido, a idéia de um programa que tenha como objetivo esta formação necessária é providencial para abrir novas possibilidades e perspectivas para os(as) jovens que tiveram seus direitos básicos negados desde a mais tenra idade, conforme constatamos ao analisar o nível socio-econômico dos(as) ingressantes no e-Jovem. É esta escola que este(a) jovem quer, com um programa de educação profissional que possibilite sua inserção no mundo do trabalho e com um ambiente de aprendizagem renovado e estruturado para beneficiar as atividades técnico-pedagógicas.

O estado do Ceará implantou um programa de profissionalização para jovens desde 2008 que são as Escolas de Educação Profissional que ofertam o Ensino Médio Integrado - currículo do ensino médio integrado à área técnica, onde o 1º ano se desenvolverá em tempo integral. O Programa iniciou ofertando os cursos de enfermagem, segurança no trabalho, turismo e informática, para fortalecer a profissionalização conforme as necessidades dos jovens e o perfil econômico da cada região. Gradativamente o Programa foi ampliado com os cursos de comércio, finanças, meio ambiente, agroindústria, aquicultura, estética, massoterapia, produção de moda e edificação, pelos mesmos critérios. Segundo a Secretaria da Educação do Estado de Ceará SEDUC, (www.seduc.gov.br), o Estado oferta hoje o ensino médio integrado de educação profissional a 12,4 mil estudantes em 51 escolas em Fortaleza e no Interior do Estado. A iniciativa tem como principal objetivo articular o currículo do ensino médio com a formação para o mundo do trabalho.

Partindo da questão colocada por Frigotto (2010), que a falta de oportunidades de emprego e o desemprego é por conta da baixa qualificação dos trabalhadores e que, por isso, é necessário um debate sobre a dimensão da educação profissional como sendo um processo integral, permanente, continuado, e na escola, tendo o trabalho como princípio educativo e com a educação politécnica que Marx se coloca, o Projeto e-Jovem se antecipa para vencer

este obstáculo através de ações estruturantes e não paliativas, com um processo de formação elaborado nos modos dos cursos das escolas profissionalizantes e dos Institutos Federais que são seus principais parceiros.

Apresenta uma grade curricular mais próxima possível da realidade do mercado e em condições de atender os jovens que chegam com muitas dificuldades na origem do ensino básico, e por isso, propõe o Módulo I, que promove o nivelamento do aluno para o aproveitamento melhor das disciplinas técnicas que é o Módulo II, estruturado de maneira que favoreça uma escala hierárquica de conceitos técnicos que equilibre as dificuldades dos alunos e contribua para uma aprendizagem correta do aprender fazer, fazendo. Essa escola existe.

Sentimo-nos capazes de dizer o que muitos pensadores já disseram de que a profissionalização para o trabalho deveria ser entendida como uma obrigação da escola e um direito de todos e todas, como oportunidade de trabalho, geração de renda, cidadania e justiça social, sem nunca deixar de se preocupar com a formação acadêmica, propedêutica, pois isso é um direito constitucional. Além do mais é uma nova possibilidade para as empresas que já expressam “falta da força de trabalho especializada” quando desejam crescer enfrentando um mercado altamente competitivo, conforme constatamos.

Uma das principais vertentes da educação profissional é formar a mão de obra para o mercado de trabalho, nessa linha tem razão a proposta pedagógica do Projeto e-Jovem que está voltada principalmente para jovens que estudam nas cidades do interior do Estado do Ceará, pois o Projeto torna-se a porta principal para o seu primeiro emprego, sua primeira experiência de vida em trabalho, sem desconsiderar os conceitos que levam à consciência do seu relacionamento com a nova sociedade que se almeja construir, mais humana e justa. Trabalha na perspectiva da aquisição de uma postura de um(a) jovem com experiência técnica, mas atentos aos laços de cidadania que a escola em do algum instante deixou de lado, mas que o Projeto tenta resgatar em seus encontros pedagógicos mensais.

Estes encontros pedagógicos são promovidos uma vez por mês nas seis regiões do Estado e na capital. Neles são debatidos assuntos de natureza pedagógica, da estrutura física dos laboratórios, da internet, da aplicação de conteúdos, do sistema de avaliação, da ação dos professores (instrutores) e do acompanhamento pedagógico. Acontece palestras de conteúdo

didático-pedagógico, dinâmica de grupo, filmes motivadores e depoimentos sobre sistemas empresariais como modelo de empresas e exemplo de pessoas bem sucedidas na profissão, sucessos e insucessos no trabalho.

Além da política de inserção no mercado de trabalho, o projeto trabalha com outras alternativas, como convênios com instituições de ensino superior, Faculdades e Institutos, professor substituto ou temporário das escolas profissionalizante e de Ensino Médio, ou mesmo instrutor do próprio projeto com aqueles que concluiu o curso. De qualquer maneira é uma proposta de formação que integra educação e trabalho, rompendo com a lógica tradicional da educação profissional de formar apenas a mão de obra para servir ao capital/trabalho. Como diz Marx (1982, p. 50), o trabalho como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, qualquer que seja a forma de sociedade que ele viva.

Partindo do que disse Frigotto (2001), que nessa concepção de trabalho está implícito o conceito antológico de propriedade como intercâmbio material entre o ser humano e a natureza, para poder manter a vida humana, para esses jovens, propriedade é o direito a partir do relacionamento com outros, de se apropriar da natureza para criar, recriar e transformar essa natureza e os bens que ela produz mediado pelo conhecimento, pela ciência e pela tecnologia, e assim projetar e reproduzir sua nova existência como seres iguais.

Considerando que, além dos outros conhecimentos que o curso oferece, tem como pressuposto que é muito importante a existência cultural, social e tecnológica, afirmando que isso passa por uma questão de justiça social e de direitos humanos, mas não podemos esperar a “justiça que permanece porvir, ela tem porvir, ela é por-vir, ela abre a própria dimensão de acontecimentos irredutivelmente porvir”, conforme afirma Flavia Shilling (2007, p. 47). Talvez seja por isso que a justiça, na medida em que ela não é somente um conceito jurídico ou político, abre ao porvir a transformação, a refundição ou a refundação do direito e da política.

O processo de formação colocado assim pelo Projeto e-Jovem, assume uma dimensão do trabalho pelas necessidades do ser humano, pois resolvidas as necessidades imperativas dos jovens é que eles e elas podem, a partir de sua formação, serem inseridos no mundo do trabalho, na perspectiva dos direitos humanos, pressupostos da democracia.

Contudo, aqui também relembramos, que apesar de ser pressuposto da democracia, o direito ao trabalho que acaba fragilizado nas sociedades capitalistas, conforme observamos em sua conformação atual.

Nesse aspecto o Projeto veio numa proposta de governo para tentar resolver uma parte estratégica de formação técnica dos(as) jovens que não conseguiram uma alternativa de renda no mundo do trabalho ou independente dele e criar uma nova situação de qualificação, que estabeleça uma relação de trabalho e habilite os(as) jovens a uma tentativa de emprego e melhoria de vida.

Relembrando Marx (1982), consideramos que o princípio educativo do trabalho é uma atividade necessária a todos os seres humanos e por isso, o trabalho constitui-se por ser criador da vida humana, num dever e num direito. Em nosso caso como um dever de ser aprendido, por isso estar sendo ofertado; no outro lado um direito de se estudar, mas um dever de oferecer um estudo de qualidade. A socialização do conhecimento é um dever como princípio da multiplicidade dos conhecimentos e partilha entre as comunidades do que se aprendeu gratuitamente na escola pública. A isso Frigotto (2001, p. 34), chama de “elaborar a natureza e transformá-la pelo trabalho em bens úteis, para satisfazer as suas necessidades vitais, biológicas, sociais e culturais.”

Como de direito estes jovens podem elaborar, criar e reproduzir a sua natureza humana, transformar-se do que era velho, no que é novo, acordar-se de um sonho escuro e acender a luz de um saber liberto, renovado de um pensar independente, para poder inovar e projetar sua existência humana diferente e justa.

As classes sociais fundamentais que são os proprietários privados dos meios e instrumentos de produção e os não proprietários, trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver, provocam o surgimento do emprego, o trabalho/emprego e o trabalho assalariado. Segundo Frigotto (2001), tanto a propriedade quanto o trabalho, a ciência e a tecnologia, sob o capitalismo, deixam de ter centralidade como valores de uso, resposta a necessidades vitais de todos os seres humanos. Assim a distinção do trabalho e da propriedade e tecnologia como valores de uso e de troca é fundamental para entendermos os desafios que se apresentam à humanidade nos dias atuais.

O sonho dos alunos do Projeto e-Jovem revelado em alguns momentos das reuniões ou treinamentos e até mesmo na sala de aula, não é de se tornar ou se transformar em proprietários, mas se projetarem pela iniciativa do Projeto de oferecer uma alternativa de geração de empresas coletivas, cooperativas ou associações, utilizando a bolsa de estágio que recebem por um período de seis meses para custear as despesas iniciais de um processo de formação e empreendedorismo de uma sociedade limitada entre alunos, para prestar serviços de informática, internet, manutenção de computadores em parceria com as Prefeituras das cidades.

Segundo Castel (1997), o ser humano, por natureza, quer participar da sociedade salarial mediante seu emprego, ter uma inserção social que depende da sua posição, função e renda. Neste caso o trabalho não vai apenas se ligar à remuneração de uma tarefa, mas emerge como direito.

Neste sentido, segundo Frigotto (2001), o trabalho se caracteriza como direito de se integrar ao consumo, ao lazer, à cultura e à educação privada, porém, se o mercado privado não oferece as condições de emprego, o Estado tem a obrigação de fazê-lo.

É neste ponto que as relações do Projeto com as empresas deu um grande passo, através da iniciativa dos organizadores de propor junto ao Ministério do Trabalho e Emprego a sua validação junto a Lei do Menor Aprendiz. Alternativa que gerou uma relação mais forte com os empresários, possibilitando a inserção dos jovens pela obrigatoriedade da Lei e ao mesmo tempo atendendo as exigências de que as empresas devem contratar jovens aprendizes para seus quadros, assim coincidiu as necessidades das empresas por mão de obra especializada e ao mesmo tempo abrindo as portas para os alunos e alunas tivessem experiências práticas acerca das relações de trabalho e emprego durante seu processo de formação.

Sendo o Estado fomentador dessa ideia de qualificação de jovens proposto na parceria com o IFCE, e partindo do princípio da responsabilidade social e da experiência prática e trabalhista, que garantisse a inserção dos jovens no mercado de trabalho, o Projeto e-Jovem, foi beneficiado com a oferta de 1.000 bolsas de estágio para os alunos. Isso abriu as portas para a negociação com as empresas, pois não havia nenhum custo adicional para elas com este estagiário, já que tudo era pago pelo Estado. Alguns empresários diante da boa

conduta e saber dos jovens admitiam por sua conta outros jovens com seus próprios recursos.

Este sistema de bolsa contribuiu para a implantação do que foi chamado *Empresa e-Jovem*, alunos formavam grupo de 5 pessoas, e numa parceria com o SEBRAE, recebiam formação de empreendedorismo, no sentido de se prepararem para formar a sua empresa. Foi feito convênio com muitas prefeituras para que estes jovens trabalhassem nos serviços de informática de suas tecnologias para as secretarias do município, onde logo após o término desse estágio os alunos montavam definitivamente suas empresas ou eram contratados como trabalhadores terceirizados para as prefeituras. Dados do Projeto revela que foram formados em torno de 42 microempresas de manutenção de computadores e serviços para internet.

Mesmo com o indicador de um processo de instalação da precariedade do emprego, mediante a flexibilização do trabalho e a terceirização da mão de obra que se fortalece a cada dia no Estado, por conta dos serviços públicos terceirizados, estas oportunidades geradas para os jovens deram sinais de uma fuga do estado de miséria que eles viviam e credenciou o projeto, de qualquer forma, pois a partir daí começava vencer uma estatística negativa e tornar uma esperança de trabalho para aqueles meninos e meninas, para o processo de inserção. Fazer pouco para quem tem pouco é fazer muito para quem não tem nada.

Por isso o e-Jovem passou a ser tudo na vida daqueles(as) jovens, conforme constatado em seus depoimentos, principalmente quem mora na cidade pequena do interior do Estado ou na periferia da capital, porque não há outra opção para profissionalização e oportunidades visíveis de mudanças para eles, a não ser, as propostas de aliciamento para o tráfico e consumo de drogas, roubos e uma vida de marginalização. Foi diante deste quadro que os representantes do Projeto sensibilizados com a realidade de muitos jovens, principalmente os egressos que não conseguiam se abdicar da marginalização, porque não tinham outra coisa a fazer, criaram a proposta de um projeto social, em forma de disciplina e resgate de um trabalho cooperativo e integralizado com a realidade de cada turma. Este projeto é financiado pelo governo e concentra seu objetivo num trabalho colaborativo e de equipe que pode ser idealizado e construído pelos próprios alunos, desenvolvido na escola de origem ou nas associações de bairros, com valores não superiores a R\$ 1.000,00 por projeto. A ideia é que os projetos a partir desse primeiro passo, se tornem autossustentável na escola ou na organização onde foram desenvolvidos.

O Projeto e-Jovem é financiado pelo FECOP, *Fundo Estadual de Combate à Pobreza*, do Governo Estadual, o que não garante uma instabilidade financeira para execução do cronograma, nem um procedimento fiel de renovação de contratos, anualmente tem-se que lutar politicamente para o governo fazer a dotação orçamentária que atenda ao projeto e suas demandas. Esta é capacidade coletiva e inteligente que move o pessoal do e-Jovem para sempre melhorar as suas condições e se credenciam como um projeto de educação profissional que atue em diferentes espaços e tempos da sociedade cearense, garantindo a mobilização de suas ações em todo Estado e sempre que possível, atendendo os apelos das cidades que ainda não foram contempladas.

Estes jovens não podem ser apenas uns disponíveis no mercado de trabalho, sob os desígnios do capital exploratório em sua nova configuração. Como diz Frigotto (2001), eles precisam reagir às relações do mercado de trabalho, como está fazendo primeiramente estudando, habilitando-se a entender o plano ideológico que desloca a responsabilidade social do Estado para o plano do individual, pois não há mais política de emprego, nem perspectiva de uma carreira, mas indivíduos empregáveis ou não, mas que precisa de qualificação e ou requalificação.

Entendendo como Frigotto (2001), que não se pode tomar a educação profissional como política localizada, de geração de emprego, nem como preventiva ao emprego, o Projeto e-Jovem se submete ao plano alternativo de desenvolvimento de jovens oriundos da escola pública e egressos dela, na perspectiva de recuperar perdas de tempo e de aprendizagem e capacitar-vos através da formação de uma nova estrutura cognitiva de qualidade tecnológica que se refaz ao longo do período de construção de novos conhecimentos em seus ambientes de formação de comunidades de aprendizagem em rede e processos digitais, como diz Emanuel Castells (1999, p. 69) em sua expressão do livro sociedade em rede que

pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo, e ainda mais, as novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos.

Este é um grande desafio para a juventude que, aflorando suas ideias e teorias para aplicação de sua prática, está buscando inovar seus conhecimentos através das tecnologias e ocupar os ambientes ofertados pelo mercado que os adultos não conseguem mais competirem.

O foco principal do Projeto é a qualificação em informática dos jovens alunos do Ensino Médio e egressos da escola pública para atender a demanda das empresas, através das exigências tecnológicas, tanto da capital como do interior do Estado, articulando um relacionamento das empresas cearenses com a política de formação do governo, para criar oportunidades de geração de emprego e renda, proporcionando a inclusão socioprofissional dos jovens, o desenvolvimento tecnológico local e a integração da produção pela rede de comunicação em todo estado, (Cinturão digital, rede de fibra ótica que garante conexão a mais de 75% das cidades), possibilitando a fixação do jovem em sua terra natal.

O aluno do e-Jovem está sujeito a se apresentar no novo cenário do mercado de trabalho como um outro tipo de trabalhador, para o qual uma nova forma de experiência é vivida, se orgulha e tem prazer do que faz e se adapta rapidamente às novas técnicas que estão surgindo. Segundo Sennett (2006, apud Tereza Sá), é um trabalhador do tipo novo, não perde tempo com problemas, se encontra em instituições de ponta, e tem a capacidade de trabalhar com pessoas novas em equipe e com uma visão de coletividade. Na empresa este aluno é reconduzido ou promovido muito rápido, exemplos de estagiários que logo são efetivados enquanto a empresa contrato outro imediato para a sua vaga. Isto para algumas empresas se tornou uma política de contratação de pessoal, primeiro como estagiário, depois de efetivado, outros estagiários serão contratados.

O processo de construção do conhecimento empresta uma das formas mais especial do indivíduo que é sua emoção, a paixão pelo que faz é que move a esperança da mudança social, isto é presente em todos os momentos dos alunos do Projeto, na questão da evasão que aparece em baixo índice nas cidades menos privilegiadas pelo desenvolvimento econômico, na frequência total dos alunos às aulas, nas manifestações de exigências pelas melhores condições de ensino, de laboratórios e de bons professores, na utilização das redes sociais que possibilita aos alunos segundo Castells (2013, p.17), ocuparem o espaço livre com a formação de comunidades instantâneas de comunicação, práticas transformadoras e

aprendizagem colaborativa em rede.

O *Pensar criticamente* é uma das principais ferramentas do aluno para vencer o rigoroso sistema de precarização do trabalho, quando este está associado às características de insegurança no emprego, perda de regalias sociais, salários baixos e descontinuidade nos tempos de trabalho, isto tudo leva à instabilidade, como no caso dos jovens impossibilitados de programar o futuro porque não conseguem independência dos laços familiares, por incapacidade econômica de assegurar suas despesas do cotidiano, por esperar conseguir um emprego melhor, por ter que estudar muito mais para enfrentar as concorrências de concursos públicos e o medo de estar entrando na estatística do surgimento de “novos pobres”.

A preocupação hoje é saber desenvolver um conjunto de capacidades diferentes das anteriores, adaptar-se à nova configuração do emprego ou empregabilidade, mas com consciência crítica inclusive acerca de seu papel para a transformação da sociedade. Ser responsável pela própria formação e aquisição de conhecimentos que lhe interessam e interessa à empresa. (É como se tornar empresário de si próprio, mergulhar-se num estado de competência e competitividade do mercado, como diz Dubar (2003, p. 112). No e-Jovem isso é trabalhado o significado do aprender fazendo e aprender a aprender, ser um pesquisador com consciência de suas próprias dimensões e ilusões em busca da realização pessoal.

Com isto, este jovem não vai falar mais: “Deus quis assim”; “eu nasci pra isso”; “não vai dar certo não”. O que se deseja é que eles e elas aprendam a falar e dizer o que pensam, a lutarem pelos seus direitos e criar forças para ir às crises de trabalho vivo, que decorrem do processo de precarização do homem que trabalha, agredindo principalmente os(as) jovens em seu início de carreira. Como diz Alves (2007), seja a crise da vida pessoal que é a crise do homem em seu espaço de vida, o tempo de vida como campo de desenvolvimento humano, considerando a força de trabalho vivo como simplesmente uma mercadoria, é sua despersonalização humana que se transforma na ação animal, no sentido livre apenas de suas funções de comer, beber e procriar; seja a crise de sociabilidade, suas relações com outros jovens ou com outras pessoas, no convívio em sociedade do trabalho precário ou não, confrontando opiniões, debatendo ideias e defendendo princípios próprios em espaços diferentes ou alheios às relações sociais. Reconhecendo o outro como ser vivo também, que partilha, reconhece o problema do outro em si, para enfrentar a fragmentação dos coletivos de trabalho, insegurança de contratos de trabalho flexíveis e a dilaceração dos

laços sociais; seja a crise do auto-referência pessoal, que é a crise do homem consigo mesmo, que vem destruir sua estima pessoal, sua identidade crítica, suas forças que no caso do aluno do e-Jovem, desde o início do Ensino Médio vão se apagando pela falta de incentivos e horizontes profissionais indefinidos. Acrescentamos, também, conforme vários autores afirmam, que a escola capitalista vai, pouco a pouco, matando a criatividade e a iniciativa (embora afirme o contrário) que é própria do ser humano. Quando o aluno e a aluna chegam ao Ensino Médio, este processo já se consolidou, para muitos(as).

Conforme Márcio Pochmann (2007) afirma sobre *desempregados no Brasil*, podemos fazer a relação com relação a muitos alunos e alunas do e-Jovem poderão ir para a estatística da População Economicamente Ativa (PEA) referentes às ocupações com baixa produtividade e precárias condições de trabalho que marca o contexto mais amplo da crise do emprego no Brasil, mostra que a maior partes das vagas abertas no mercado de trabalho não tem sido de assalariados, mas de ocupações sem remuneração, por conta própria, autônomos, trabalho independente e de cooperativa entre outros. Nas condições de hoje do mercado de trabalho das cidades do interior do Estado do Ceará, com taxa populacional pequena e polo empresarial pouco expressivo, a tendência dessa mão de obra é engrossar o mercado informal com trabalho independente, utilizando notas fiscais da prefeitura como prestador de serviços temporário ou nem isso, contribuindo para o aumento do grau de precarização da força de trabalho por ser portador de condições de trabalho e remuneração precárias como afirma o autor,

atualmente o desemprego transformou-se num fenômeno complexo e heterogêneo, pois atinge de forma generalizada praticamente todos os segmentos sociais, inclusive camadas de maior escolaridade, profissionais com experiência em níveis hierárquicos, superiores e em altos escalões de remuneração. Pode-se se concluir portanto, que não há mais extratos sociais imunes ao desemprego no Brasil. (POCHMANN, 2007, p. 104).

Meszários (2006, p. 29), recompõe essa informação dizendo que como resultado dessa tendência, o problema não se restringe à difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior dos desempregados, aos escassos - e cada vez mais raros - empregos disponíveis.

O aluno do Projeto e-Jovem está conhecendo esse mundo da construção do poder agora, acreditando que ele pode vir a ser uma forma de mudar os fatos e condições de vida, acreditar também que tem poder não só pelo status, nível econômico, cargo público ou político, mas acima de tudo, pelo conhecimento. Se tem poder pelo conhecimento se emancipa, e pela emancipação pode participar das relações de produção e decisões do trabalho, ser capaz de inventar novos modelos e significados da vida e do relacionamento, capaz de falar, dizer o que pensa e se envolver na rede de comunicação de massa com autoridade e personalidade de líder. Este é o propósito dos(as) que estão trabalhando no projeto e desejam proporcionar novas possibilidades para a juventude daquele Estado.

Referências:

- ALVES, Giovanni. (2012). Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório. O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha.
- ALVES, Giovanni. (2000). O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, Editora Boitempo.
- ALVES, Giovanni. (1999). Trabalho e mundialização do capital – A nova degradação do trabalho no capitalismo global. Londrina, Editora Práxis.
- ANTUNES, Ricardo (1995). Adeus Ao Trabalho? – Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho, Editora Cortez, São Paulo.
- ANTUNES, Ricardo. Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil (org). São Paulo, Boitempo (2006)
- BUFFA, Ester, NOSELLA, Paolo. Educação Negada, Introdução ao Estudo da Educação Brasileira Editora: CORTEZ, (1996)
- BUFFA, Ester, NOSELLA, Paolo, ARROYO, Miguel, Educação & Cidadania - Quem Educa o Cidadão. Editora: CORTEZ, (2010).
- CÂNDIDO G. Vieitez / Dal Ri, Neusa Maria Organizações e Democracia - Marília, V. 12, N.1. Jan/jun. 2011. Editora: O&d Grupo.
- CASTELLS, M.A sociedade em rede. Coleção A era da informação: Economia, sociedade e cultura (vol 1). São Paulo: Paz e Terra, 1999 (prólogo e capítulo 1.
- DERRIDA, Jacques. “La democracia es una promesa”: Entrevista de Elena Fernandez con Jacques Derrida. Jornal de Letras, Artes e Ideias, p. 9-10, 12 oct. 1994. Disponível em: <<http://www.jacquesderrida.com.ar/textos/democracia.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da

educação básica.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora.

MACHADO, Rita de Cassia. Escolarização e educação profissional de trabalhadores no Brasil: um olhar sobre a experiência, revista Brasileira de História & Ciências Sociais RBHCS (2011)

MARX, K.. O capital. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982.

MARX, Karl (1996). O Capital – Crítica da Economia Política, Livro 1, Rio de Janeiro, Editora Nova Cultural.

MÉSZÁROS, István (2002). Para além do capital – Rumo a uma teoria da transição.

Campinas/São Paulo. Editora da UNICAMP/Boitempo Editorial.

POCHMANN, Marcio. Desempregados no Brasil, Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil / Ricardo Antunes (org) , são Paulo – Boitempo (2006).

POCHMANN, Marcio. Emprego e Desemprego dos jovens no Brasil dos anos 90. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 11, Caxambu, (1997). Anais Belo Horizonte Abep 1997.

SCHILLING, Flavia. Igualdade, desigualdade e diferenças: O que é uma escola justa? (2010). Revista Educação e Pesquisa USP–1517-9702.